



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 16/11/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



### Mercado eleva projeção para inflação este ano a 5,82%

Analistas consultados pelo Banco Central elevaram pela terceira semana seguida a expectativa para a inflação neste ano e ajustaram levemente para cima o cenário para a atividade, de acordo com a pesquisa Focus divulgada pelo autarquia nesta segunda-feira (14).

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, apontou que a expectativa para a alta do IPCA em 2022 passou agora a 5,82%, de 5,63% antes. Para 2023 e 2024 não houve mudança nos cálculos, com a inflação calculada respectivamente em 4,94% e 3,50%.

O centro da meta oficial para a inflação em 2022 é de 3,5%, para 2023 é de 3,25% e para 2024 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Para o PIB (Produto Interno Bruto), a estimativa de crescimento este ano foi ajustada para cima em 0,01 ponto percentual, chegando a 2,77%, mas para 2023 seguiu em 0,70%.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda que a taxa básica de juros (Selic) deverá encerrar este ano nos atuais 13,75% e o próximo a 11,25%, sem alterações.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 15 de novembro.

### Inflação dos acima de 50 anos supera IPCA nos últimos 12 meses

A inflação para famílias chefiadas por pessoas com 50 anos ou mais de idade superou a verificada para os brasileiros em geral nos últimos 12 meses, de acordo com um novo índice de preços que mede o custo de vida desse público.

O IPCA 50+ ou "inflação dos longevos" foi criado pelo economista Arnaldo Lima, diretor do Instituto de Longevidade MAG, ex-secretário do Ministério da Fazenda e ex-diretor da Funpresp (fundo de pensão dos servidores federais).

No acumulado em 12 meses até outubro, a inflação dos longevos ficou em 7,2%, superior ao IPCA de 6,5% no mesmo período.

Famílias cujo chefe tem 50 anos ou mais de idade têm o consumo mais concentrado, relativamente, nos grupos saúde, transportes, comunicação e artigos de residência. Com isso, gastam relativamente menos com habitação, educação, alimentação e despesas pessoais.

Ele diz que esse público está mais ativo no mercado de trabalho hoje do que em décadas anteriores e que seus familiares são muito dependentes financeiramente desses chefes de família, exigindo mais poupança para o futuro e a utilização de um índice de inflação mais aderente para fins de planejamento previdenciário.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 16 de novembro.

### Atividade econômica fica estável em setembro, mas cresce no 3º tri, aponta BC

O IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do BC) registrou variação positiva de 0,05% em setembro na comparação com o mês anterior, de acordo com o dado dessazonalizado do indicador que é um sinalizador do PIB (Produto Interno Bruto).

O resultado volta a ficar no azul depois de ter contraído em agosto 1,13%, em dado que não foi revisado pelo BC, mas ficou bem abaixo da expectativa em pesquisa da Reuters de alta de 0,20%.

Ainda assim, o IBC-Br terminou o terceiro trimestre com crescimento de 1,36% em relação aos três meses anteriores, depois de uma expansão de 0,69% no segundo trimestre.

O IBGE divulgará os dados oficiais do PIB do terceiro trimestre no dia 1 de dezembro, depois de informar que a economia teve no segundo trimestre crescimento de 1,2%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 14 de novembro.

## Gastos catastróficos com saúde pesam no orçamento das famílias

Embora o nível de gasto total com saúde no Brasil (quase 10% do produto interno bruto) seja comparável ao de países europeus como Dinamarca, Holanda e Reino Unido, ou Argentina, Chile e Uruguai, na América Latina, uma proporção menor desse gasto total é financiada pelo setor público: pouco menos de 41% no Brasil, versus 62% na Argentina, 67% no Uruguai, 72% na Colômbia, e mais de 80% na Dinamarca e no Reino Unido.

Isso quer dizer que a maior parte do financiamento da saúde no Brasil é feita pelo setor privado, e uma parte importante desse gasto é o pagamento direto das famílias: quase 15% do gasto com saúde no Brasil é feito pelas famílias brasileiras. Na Colômbia, essa proporção é de cerca de 4%.

O principal problema desse gasto das famílias é a sua inequidade: o seu peso recai de maneira desproporcional nos grupos mais pobres e vulneráveis. E o motor principal dessas despesas individuais se concentra numa categoria: a dos produtos farmacêuticos.

Necessidades médicas podem ser inesperadas, e as consequências, por vezes, vão muito além dos impactos na saúde. Ausência no trabalho, gastos com médicos, exames e remédios podem sobrecarregar o orçamento das famílias e até levar à pobreza.

Apesar de a saúde pública ser gratuita no Brasil, dados mais recentes da Pesquisa de Orçamento Familiar mostram que as famílias brasileiras gastam, em média, 13% do orçamento com saúde, sendo o quarto grupo de consumo, atrás de habitação, transporte e alimentação. O problema é que esse é o gasto médio, e algumas famílias gastam muito mais, o que pode até comprometer a capacidade de comprar alimentos e pagar as contas do mês.

Gastos elevados com saúde são tão preocupantes que a literatura econômica costuma chamar de gastos catastróficos. A OMS (Organização Mundial da Saúde) trabalha com diferentes linhas de referência do que é considerado um gasto elevado, entre elas um valor acima de 10% do orçamento familiar. Um estudo recente do Banco Mundial mostrou que 37% das famílias gastaram mais de 10% do seu orçamento em saúde. Entre os mais pobres, esses gastos com saúde chegam a quase 40% do orçamento familiar.

O estudo identifica os grupos mais vulneráveis: domicílios liderados por mulheres, os localizados em zonas rurais, com menos escolaridade e, em especial, os domicílios com idosos. O crescimento da população idosa no Brasil é um dos mais rápidos do mundo, com previsão de passar de 11% da população em idade ativa em 2005 para 49% em 2050, o que indica que a preocupação das famílias com gastos em saúde tende a aumentar.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 13 de novembro.

## Ministério da Saúde alerta sobre aumentos nos casos de covid-19 e reforça o uso de máscara

O Ministério da Saúde divulgou uma nota técnica alertando estados e municípios sobre o aumento do número de casos de Covid-19 no país e reforçando a necessidade do uso de máscaras.

O documento, publicado no sábado (14), aponta o aumento da circulação da subvariante da ômicron BQ.1 no país, e reforça a higienização frequente das mãos com álcool 70% ou água e sabão.

A secretaria ainda destacou que as medidas devem ser seguidas principalmente por indivíduos com fatores de risco para complicações da Covid-19.

Segundo o ministro, 69 milhões de brasileiros ainda não tomaram a 1ª dose de reforço e 32,8 milhões que poderiam ter recebido a 2ª dose de reforço ainda não se vacinaram.

Ainda no sábado, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, publicou nas redes sociais um apelo para a população buscar os postos de vacinação.

Segundo o ministro, 69 milhões de brasileiros ainda não tomaram a 1ª dose de reforço e 32,8 milhões que poderiam ter recebido a 2ª dose de reforço ainda não se vacinaram.

A pasta concluiu o comunicado ressaltando a importância dos imunizantes no controle da pandemia.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 14 de novembro.